

**A. I. N °** - 206969.0003/08-9  
**AUTUADO** - COMPANHIA TRANSAMÉRICA DE HOTÉIS – NORDESTE  
**AUTUANTE** - IRLENE ERCI LINO  
**ORIGEM** - INFAZ ILHÉUS  
**INTERNET** - 29.09.09

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0321-04/09

**EMENTA: ICMS. 1.** DIFERENÇA DE ALÍQUOTA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. MATERIAL PARA USO E/OU CONSUMO. RECOLHIMENTO A MENOS. Após revisão fiscal efetuada comprovou tratar-se de contribuinte que exerce atividade mista, de hotelaria e fornecimento de refeições em restaurante. Constatada a aquisição de bens destinados à segunda atividade indicada. Infração parcialmente caracterizada. **2.** ENTRADAS DE MERCADORIAS. AQUISIÇÕES DIRETAMENTE A PESSOAS FÍSICAS NÃO INSCRITAS NO CAD-ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. De acordo com o art. 39, VIII, RICMS/BA, o adquirente em relação às mercadorias recebidas de pessoa física ou jurídica não obrigadas à emissão de documentos fiscais é solidariamente responsável pelo pagamento do imposto e acréscimos legais devido pelo contribuinte de direito. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 28/05/2008, imputa ao autuado o cometimento das seguintes infrações:

01. Recolhimento a menos de ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriunda de outras unidades da Federação destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento. Apuração feita com a utilização em meio magnético, relativo às entradas, fornecido pelo contribuinte a esta fiscalização e documentos fiscais correspondentes, conforme demonstrativo – anexo I – períodos 2004 a 2006 – R\$ 54.638,68 e multa de 50%.
02. Descumpriu obrigação tributária principal incorrendo em infração diversa das previstas em lei, sem dolo. Deixou de recolher ICMS relativo às entradas de mercadorias tributáveis adquiridas de pessoa física ou jurídica não inscritas no cadastro estadual de ICMS, na condição de responsável solidário, de acordo com o previsto no Art. 39, inciso VIII, RICMS, conforme demonstrativo – anexo II – períodos 2003 a 2006 – R\$ 12.608,75 e multa de 60%.

O autuado apresenta peça impugnatória ao lançamento de ofício (fls. 499/513), arguindo que é empresa privada que tem por objeto a prática exclusiva de exploração das atividades hoteleiras e turísticas, identificada como prestadora de serviço constante da lista própria e CNAE 5211-2. Possui restaurante, onde são servidas refeições avulsas cujo preço está incluído no preço da diária; inscrita no cadastro de ICMS para recolhimento do imposto apenas sobre as operações de fornecimentos de alimentos.

Entende que o auto de infração foi lavrado de forma equivocada para exigir supostas diferenças de alíquotas provenientes das aquisições de materiais de uso e consumo utilizados na prestação do serviço de hotelaria, em ofensa ao art. 5º, I, parágrafo único do Decreto 6.284/97; não examinou individualmente cada operação evidenciando impropriedades no montante consignado. Continua,

que a empresa foi também autuada por falta de recolhimento de ICMS sobre as mercadorias adquiridas de pessoas físicas ou jurídicas não inscritas no cadastro de contribuintes do Estado da Bahia, mas que tal obrigação não poderá ser exigida.

Transcreve o art. 5º, I, parágrafo único do RICMS/BA para reafirmar que os materiais de uso e consumo adquirido pelo prestador do serviço de hotelaria não são considerados para efeito de tributação de diferença de alíquotas, conforme indica o anexo 1 (item 9.01) do RICMS/BA, que também transcreve (fl. 502); insiste que tal previsão é ratificada no art. 7º, I do mesmo diploma, que estende a desoneração da exigência aos estabelecimento que desenvolva atividades mista.

Diz que o levantamento padece de incerteza e liquidez, uma vez que na apuração não foram consideradas as devoluções, ICMS retido pelo fornecedor, redução da base de cálculo, a alíquota das operações de transportes aéreos, produtos isentos, entre outros, conforme consta de seu documento de nº 07, relativo às aquisições de 2004, aposto à fl. 620. Mesma situação ocorre nos exercícios de 2005/2006, conforme mostram os documentos 08 e 09 (fls. 621/623).

Cita o jurista Paulo de Barros Carvalho ao esclarecer sobre infrações tributárias, concluindo que a exigência deve ser anulada por lhe faltar previsão na lei, por faltar liquidez e certeza.

Afirma ainda que a exigência é agravada pela impossibilidade das microempresas e empresa de pequeno porte fornecerem ao hotel produtos com destaque na nota fiscal do ICMS recolhido e base de cálculo utilizada. Situação esta aumentada após a Lei Complementar 123/07. Transcreve consulta nesse sentido de contribuinte do Estado da Bahia e o conseqüente Parecer 7.723/2007 depreendendo-se que optantes pelo simples nacional estão impedidos de emitir nota fiscal contendo base de cálculo e destaque de ICMS. Completa, “nesse contexto, o hotel, ao adquirir produtos de uso e consumo para sua prestação de serviço não tem como se creditar do ICMS recolhido na origem, sendo obrigado a pagar a diferença de alíquota interestadual virtual, trazendo-lhe grande prejuízo”.

Discorre sobre “cobrança irregular” do ICMS em função da aquisição de mercadorias a pessoa física, argumentando que a solidariedade que se pretende imputar não pode ser aplicada nos termos pretendidos pelo agente fiscal, uma vez que o RICMS/BA, art. 36, define contribuinte como “qualquer pessoa física ou jurídica que realize com habitualidade ou volume que caracterize intuito comercial”. Não sendo possível saber se o fornecedor de produtos como azeite, camarão, pêras, maçãs, etc. são ou não contribuintes; com relação à solidariedade (art. 39, RICMS) não há exclusão do benefício de ordem, de sorte que a fiscalização pode proceder primeiramente a verificação da regularidade dos pagamentos em relação aos fornecedores dos produtos, evitando até a dupla cobrança.

Reitera que o agente fiscal deveria antes ter diligenciado junto aos fornecedores e, assim, não observou fundamentos de validade na lavratura do auto de infração; com relação à diferença de alíquotas, as operações não foram analisadas individualmente, não foram observados requisitos de exigibilidade e certeza, consignando quantia maior que a supostamente devida.

Pede, enfim, anulação do auto de infração.

Na informação fiscal apresentada (fls. 625/633) o autuante repete, inicialmente, os termos da autuação e razões de defesa, esclarecendo, inicialmente, que o auto de infração foi lavrado com observância dos requisitos legais. Diz que a atividade principal da impugnante é hotel, mas possui restaurante, classificada, pois, como atividade mista. A infração 01 está enquadrada nos dispositivos do art. 5º, inciso I e que, incabível a reclamação defensiva da falta de exame individualizado de cada operação, tendo em vista que a autuada não demonstra quais materiais seriam utilizados na atividade sujeita ao ICMS.

Afirma que a forma de apuração do contribuinte é receita bruta, conforme documento de fl. 73; que apresentou à fiscalização uma quantidade grande de documentos tornando impossível o manuseio de todos; assim, solicitou arquivo magnético relativo às entradas e selecionando as

entradas de materiais para uso e consumo, além dos transportes dessas mercadorias, verificou que apenas uma parte dos lançamentos não continha informação sobre o valor da diferença de alíquota, sendo que a maioria dessas aquisições foi feita junto às microempresas e empresas de pequeno porte que não destacam o valor do ICMS.

Com relação à infração 02, sustenta que a falta de recolhimento na condição de responsável solidário relativo às mercadorias tributáveis adquiridas de pessoas físicas ou jurídicas não inscritas, na forma do art. 39, RICMS, está perfeitamente enquadrada na legislação, descabendo as alegações defensivas.

Completa-se o contribuinte adquire mercadorias junto a pessoas não inscritas no cadastro de ICMS do Estado da Bahia deve emitir documento fiscal de entrada, destacando ICMS, quando devido e efetuar o recolhimento do imposto, nos termos do art. 39, VIII, RICMS BA. Observa que em 2003 houve o destaque do imposto; em 2006, não houve mais sequer o destaque, conforme indicam as cópias das notas fiscais emitidas pela autuada, fls. 65/67 e 345/485.

Pede a procedência do auto de infração.

Em vista do óbice apresentado para o julgamento da lide, considerando ainda que o contribuinte além de exercer atividade de Prestação de Serviço no ramo de hotelaria, sob a égide tributária do ISS, de competência municipal, também exerce atividade conexa, complementar ou paralela de fornecimento de refeições em restaurante, sujeita a incidência do ICMS, a 4ª JF decidiu converter o PAF em diligência à ASTEC para que sejam adotadas providências saneadoras.

Auditora Fiscal da ASTEC apresentou Parecer de sua diligência (fls. 638/640), esclarecendo, antes, existir no hotel 6 (seis) restaurantes; num deles, o GIARDINO, são servidas todas as refeições e nos demais, almoço e jantar não incluídos na diária. Em todos, existem equipamentos Emissor de Cupom Fiscal para emissão dos documentos fiscais referentes a refeições e bebidas não incluídas nas diárias. Apresentou suas considerações e em conclusão um novo demonstrativo de débito, efetuadas as exclusões de estilo, juntando aos autos demonstrativos, levantamentos diversos, cópias de documentos de fls. 641/1096, opinando pela redução do débito para R\$ 1.012,46.

Intimados autuante e autuado para conhecimento do resultado da diligência, tomaram ciência sem qualquer manifestação, fls. 1098 e 1101.

## **VOTO**

O Auto de Infração em lide atribui ao contribuinte o cometimento de irregularidades decorrentes do recolhimento a menos de ICMS relativo à diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriunda de outras unidades da Federação destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento e porque deixou de recolher ICMS relativo às entradas de mercadorias tributáveis adquiridas de pessoa física ou jurídica não inscritas no cadastro estadual de ICMS, na condição de responsável solidário.

O sujeito passivo trouxe em preliminar que a autuante não observou fundamentos de validade na lavratura do auto de infração e que não foram observados requisitos de exigibilidade e certeza, consignando quantia maior que a supostamente devida. Pede sua anulação.

Inexiste no procedimento fiscal qualquer elemento que autorize a nulidade do presente auto de infração, inobservância aos fundamentos de validade do auto de infração, porque lavrado de acordo com o disposto no art. 39, RPAF ou insegurança jurídica na determinação da infração e mesmo existência de justa causa por desamparo a qualquer direito do contribuinte. Ademais, o autuado pode exercer com liberdade o direito a ampla defesa e o contraditório, fazendo serem conhecidas todas as suas alegações. Na existência de controvérsia mais substancial foi determinada diligência pela Assessoria Técnica do Conselho de Fazenda a fim de dirimir dúvidas e trazer aos autos a verdade material. Constato, portanto, a existência dos elementos fundamentais na constituição do presente lançamento tributário. Ao contrário do que afirma o autuado, os

elementos constantes do processo demonstram a motivação da autuação e o pedido não encontra amparo nas hipóteses do art. 18 do RPAF/BA. Exatamente dessa forma, considerando a largueza do devido processo legal, vêm sendo conduzidos os atos processuais da presente ação fiscal, com respeito absoluto aos princípios e regras da relação jurídica tributária instaurada. Entendemos, portanto, que tais argumentos não devem prosperar.

No mérito, com relação à Infração 01, é exigido diferencial de alíquota recolhido a menos. O sujeito passivo, em resistência, diz que o auto de infração foi lavrado de forma equivocada para exigir supostas diferenças de alíquotas provenientes das aquisições de materiais de uso e consumo utilizados na prestação do serviço de hotelaria, em ofensa ao art. 5º, I parágrafo único do Decreto 6.284/97. Diz a autuante que a atividade principal da impugnante é hotel, mas possui restaurante, classificada, pois, como atividade mista e que o autuado não demonstra quais materiais seriam utilizados na atividade sujeita ao ICMS.

Analisando as peças processuais e a legislação que rege a espécie, a diferença entre a alíquota interna do ICMS do Estado destinatário e a alíquota interestadual aplicável na operação conhecida como DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA, será exigida nas aquisições interestaduais de mercadoria destinada a compor o ativo imobilizado ou para serem utilizadas como material de uso ou consumo do contribuinte adquirente (art. 2º, IV, Lei nº 7.014/96), norma regulamentada pelo Decreto 6.284/97 (1º, § 2º, IV do RICMS/BA).

Cabível lembrar que tal exigência encontra seu fundamento de validade na própria Constituição Federal (art. 155, § 2º, incisos VII e VIII). Assim, o contribuinte deverá pagar ICMS diferença de alíquotas, quando adquirir em operação interestadual, produtos ou serviços que não sejam objeto de posterior saída. Por isso, incidente nas aquisições de bens do permanente ou para uso e consumo. Por outro lado, quando as mercadorias adquiridas destinarem-se a posterior revenda ou integradas como insumos num processo industrial, não há falar em diferencial de alíquotas, pois na cadeia produtiva o destinatário original não figura como seu consumidor final.

O fato gerador dessa exigência ocorre no momento da entrada, no estabelecimento do contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outra unidade da Federação, quando destinados a uso, consumo ou ativo permanente do próprio estabelecimento (art. 4º, XV, Lei nº 7.014/96), também regulamentado pelo Decreto 6.284/97 (art.5º, I, RICMS/BA).

A base de cálculo do imposto foi tratada pela lei de ICMS do Estado da Bahia, em seu artigo 17, inciso XI. Ressalto que de acordo com o disposto no art. 69, parágrafo único, RICMS/BA, no cálculo do ICMS relativo à diferença de alíquota deve ser aplicado sobre o valor da operação, o valor do percentual correspondente à diferença entre as alíquotas interna e interestadual.

No caso concreto, verifico que o contribuinte exerce a atividade de serviços de hotelaria, além de fornecimento de refeições em seus restaurantes; os valores exigidos constam de demonstrativo de fls. 09 e 64 com a discriminação das notas fiscais relativas à aquisição de bens ou material de uso e consumo, base de cálculo das operações e o respectivo ICMS diferença de alíquota, apurado após confronto com valores já recolhidos e que totalizou a importância de R\$ 54.638,68.

Ocorre que a autuante englobou a exigência da DIFAL relativa às duas atividades do sujeito passivo, deixando de observar que a atividade de Prestação de Serviço no ramo de hotelaria figura sob a égide tributária do ISS de competência municipal (Lei Complementar 116/03, lista anexa item 9.01). Coube então a ASTEC diligenciar no sentido de segregar a atividade conexa, complementar ou paralela de fornecimento de refeições em restaurante, sujeita a incidência do ICMS, o que o fez, de forma como sempre competente, apresentando o elucidativo Parecer Técnico de fls. 638 a 640, respondendo à quesitação efetuada, e apresentando demonstrativos das correções dos valores efetuados, opinando pela redução do valor para um total de R\$ 1.012,46, conforme demonstrativo de débito de fl. 640.

Oportunas algumas observações para o perfeito entendimento da lide.

Primeiramente, as aquisições, objeto da exigência do diferencial de alíquotas, se referem a bens de uso e consumo, e não destinadas ao ativo permanente, como corrigido pela autuante na inicial desse processo e constatado pela diligente da ASTEC, uma vez que assim não fosse, a exigência não seria admitida pela incidência do disposto no art. 7º, inciso IV, “b” RICMS/BA.

Em seguida, porque exercendo o contribuinte além da atividade de prestação de serviços hoteleiros também exerce a atividade comercial de fornecimento de refeições, constato, com o permissivo de entendimentos contrários, que tais atividades são paralelas ou complementares, o que o caracteriza como “estabelecimento misto”, e não que exerça uma “atividade mista”. Isto assume grande importância porque o Decreto 6.284/97, em seu artigo 7º, inciso I regulamenta que:

“não é devido o pagamento de diferença de alíquotas nas aquisições de mercadorias ou materiais efetuadas por prestador de serviços para emprego ou aplicação, como insumos, na prestação de serviços de qualquer natureza, inclusive quando se tratar de estabelecimento que desenvolva atividades mistas”.

Nesse sentido, a diligência efetuada pela ASTEC procedeu à exclusão das operações estranhas à exigência do diferencial de alíquotas em questão, inclusive as aquisições de produtos utilizados na atividade hoteleira, perfeitamente identificáveis, tais como: anzóis para pescas utilizados por hóspedes, material de recreação, artigos de higiene pessoal (fls. 641/649). Além disso, cuidou de apurar a destinação dos produtos adquiridos para uso e consumo de forma a se definir o quanto foi aplicado na atividade hoteleira e na atividade comercial, restando caracterizada a exigência de aquisições feitas para o restaurante, conforme consta dos demonstrativos de fls. 813/814 para o exercício 2004; demonstrativos de fls. 903/908 para o exercício 2005 e demonstrativos fls. 1042/1044 para o exercício 2006 totalizando ICMS no valor de R\$ 1.012,46.

Carece repisar, no entendimento desse relator, o que seja atividades mistas para fins do que determina o art. 7º I RICMS/BA, porque fundamental na caracterização da lide e porque objeto de intensa discussão nos acórdãos proferidos pela 2ª Câmara CJF 0005-12/04 (hotel + restaurante) e CJF 0156-12/04 (hotel + restaurante + loja de conveniência).

Assim é que “atividade mista” para os fins referidos no art. 7º, RICMS quer significar atividades efetivamente misturadas, onde haja a prestação de serviços (obrigação de fazer), cuja incidência seria do ISS, mas que para a sua execução seja imprescindível à participação de materiais, cuja aquisição, a princípio, seria alcançado pelo ICMS (obrigação de dar). O termo “misto”, conforme ensina o dicionário Aurélio é originado de elementos de natureza diversa. Numa atividade mista observamos a participação de coisas diferentes.

Defendo que esse é o melhor entendimento e pode ser depreendido da própria exegese do artigo em questão. Dessa forma, não é devido o pagamento da diferencial de alíquotas “nas aquisições de mercadorias ou materiais efetuadas por prestador de serviço para emprego ou aplicação, como insumos, na prestação de serviços de qualquer natureza”, inclusive quando se tratar de estabelecimento que desenvolva atividades mistas. Que no caso presente, não se aplica.

A dispensa do imposto diferencial de alíquotas se justifica quando ocorrer a aquisição de materiais feita por prestador de serviço, para aplicação como insumo ou na prestação de serviço, mesmo quando o estabelecimento (prestador de serviços) desenvolver atividades mistas (prestação de serviço + outras atividades diversas).

Observa-se que tal entendimento se ajusta ao comando constitucional (art. 155, § 2º, incisos VII e VIII), que fundamenta a exigência dessa diferença entre alíquotas, quando se adquire em operação interestadual, produtos ou serviços que não sejam objeto de posterior saída. Diz a regra maior que “caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual”. Por lógica de raciocínio, o contribuinte só poderá ser o destinatário da mercadoria ou do serviço e incidente apenas nas aquisições de bens do ativo permanente ou para uso e consumo. Por outro lado, quando as mercadorias adquiridas destinarem-se a posterior revenda ou forem integradas como insumos num processo industrial,

não há falar em diferencial de alíquotas, pois na cadeia produtiva o destinatário original não figura como seu consumidor final.

Não é o caso do hotel que também tem um restaurante para atendimento ao público (diverso do que está consignado na diária do hotel). O hotel exerce atividade no campo de incidência do ISS; o restaurante exerce atividade no âmbito do ICMS. São atividades puras, sem nenhuma mistura.

Por isso que tais atividades foram chamadas de paralelas ou complementares, no voto dos conselheiros Carlos Fábio Cabral Ferreira e César Augusto da Silva Fonseca (CJF 0156-12/04), linha que também me filio para defender que o contribuinte no ramo da hotelaria e que mantém restaurante, exerce atividades paralelas ou complementares e não componentes de uma mesma atividade mista.

Em conclusão, entendo que não estando definido na Lei Complementar 87/96 o que seja atividade mista, o dispositivo regulamentar do art. 7º, I, RICMS/BA se encontra em perfeito acordo com as regras que lhe dão validade, posto que a dispensa da diferença de alíquotas é aplicável no emprego de materiais dos produtos adquiridos como insumos na prestação de serviços, ainda na ocorrência a atividades mistas, do que não trata o caso em tela.

Posto isso, verifico que o próprio contribuinte registra em livro fiscal próprio as notas fiscais de entrada, separando o material de consumo adquirido para sua atividade hoteleira e para sua atividade de restaurante tributada pelo ICMS, efetuando os pagamentos que apura. Justamente, entre tais aquisições é que restou caracterizada e remanescente uma parcela do ICMS diferencial de alíquota não recolhida pelo autuado, no valor de R\$ 1.012,46.

Na infração 02, o contribuinte deixou de recolher ICMS relativo às entradas de mercadorias tributáveis adquiridas de pessoa física ou jurídica não inscritas no cadastro estadual de ICMS, na condição de responsável solidário, de acordo com o previsto no Art. 39, inciso VIII, RICMS.

O autuante procede ao levantamento de tais aquisições de acordo com demonstrativos de fls. 65/67, implicando exigência de ICMS que totaliza R\$ 12.608,74. O autuado argumenta que a cobrança de ICMS em função da aquisição de mercadorias a pessoa física é irregular e que a solidariedade não pode ser aplicada, uma vez que a definição de contribuinte é para “qualquer pessoa física ou jurídica que realize com habitualidade ou volume que caracterize intuito comercial”, em conformidade com o art. 36, RICMS/BA. Não sendo possível saber se o fornecedor de produtos como azeite, camarão, pêras, maçãs, etc. são ou não contribuintes; diz ainda que a solidariedade não comporta benefício de ordem, de sorte que a fiscalização pode proceder primeiramente à verificação da regularidade dos pagamentos nos fornecedores.

De acordo com o art. 39, VIII, RICMS/BA, o adquirente em relação às mercadorias recebidas de pessoa física ou jurídica não obrigadas à emissão de documentos fiscais é solidariamente responsável pelo pagamento do imposto e acréscimos legais devido pelo contribuinte de direito.

Existe na hipótese, a responsabilidade tributária, sujeição passiva indireta, quando o dever tributário é afeto à pessoa que sem revestir da condição de contribuinte, responde pelo pagamento do tributo, em virtude da disposição expressa da lei. No caso em questão, presente a responsabilidade tributária por solidariedade, nos termos do artigo 124, II, CTN, cabendo ao legislador da Bahia designar pessoas que sejam solidárias com o pagamento do tributo e, este o fez, com relação ao autuado, nos termos do art. 6º, inciso VIII, da Lei nº 7.014/96, indicando que são solidariamente responsáveis pelo pagamento do ICMS e demais acréscimos legais, os adquirentes em relação às mercadorias recebidas de pessoas físicas ou jurídicas não obrigadas a emissão de documento fiscal. Dessa forma, incabível é a alegação defensiva no sentido de que não lhe é possível identificar se o fornecedor de produtos como azeite, camarão, pêras, maçãs, são ou não contribuintes ou que a exigência deve ser dirigida primeiramente aos fornecedores.

A solidariedade em tela é denominada de direito e encontra validade e eficácia na Lei que a estabelece (Lei nº 7.014/96) interpretada de acordo com os propósitos do CTN, nos termos do art.

146, III, “b”, CF/88.

Também não encontra amparo pretensão do sujeito passivo no sentido de que fosse condicionada sua responsabilidade à tentativa primeira de exigir o crédito tributário junto aos fornecedores para verificação de possíveis recolhimentos do imposto por aqueles, porquanto que em Direito Tributário, a responsabilidade solidária não admite benefício de ordem, conforme normatiza o CTN em seu artigo 124, parágrafo único.

Por fim, constato que o autuado apenas apresentou suas considerações sem o acostamento de quaisquer provas a favor de suas razões e reza o RPAF/BA, art. 143, que a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal. Posto isso, considero procedente a exigência conforme consta na inicial dos autos. Infração caracterizada para exigir ICMS por responsabilidade tributária, no valor de R\$ 12.608,75.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206969.0003/08-9**, lavrado contra **COMPANHIA TRANSAMÉRICA DE HOTÉIS NORDESTE**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 13.621,21**, acrescido das multas de 50% sobre R\$ 1.012,46 e 60% sobre R\$ 12.608,75, previstas no art. 42, I, “b”, 2 e II, “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Esta Junta recorre, de ofício, desta decisão, para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/00, com efeitos a partir de 10/10/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de setembro de 2009.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – RELATOR

ANTÔNIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR